



ESTADO DE GOIÁS
METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S A
GERÊNCIA JURÍDICA

Processo: 202200053001061

Nome: GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO DA FROTA

Assunto: Análise jurídica prévia

PARECER JURÍDICO METROBUS/GJUR-19658 Nº 65/2023

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. LICITAÇÃO DESERTA. AQUISIÇÃO DE COLA, LUBRIFICANTES PARA PNEUS E OUTROS. INTELIGÊNCIA DO ART. 142, III, DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES DA METROBUS. VIABILIDADE. RECOMENDAÇÕES

Trata-se de resposta à consulta formulada pela CPL – Comissão Permanente de Licitação, por meio do termo de **Declaração de Dispensa de Licitação** (45035240), de 23.2.2023, quanto à legalidade de sua manifestação que concluiu pela caracterização de hipótese de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 142, III, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, para a **aquisição de cola, lubrificantes para pneus e outros**.

Inicialmente, ressalta-se que o presente procedimento de dispensa advém de sucessivos competitórios desertos na modalidade pregão eletrônico (nº 151/2021, 010/2022, 041/2022 e 073/2022), porque nenhum licitante acudiu para o objeto, um outro semelhante mas fracassado (nº 107/2022). Ainda foi realizado, na busca por um desfecho exitoso para a Companhia, distintamente do que ocorreu nas licitações

pretéritas, o Pregão Presencial nº 009/2022, que igualmente restou deserto.

Enfatiza a CPL que "a Gerência de Suprimentos realizou novas cotações". O expediente também refere que a mencionada Gerência "confirmou o interesse dos fornecedores que ofertaram os menores preços em assinar o contrato (...)."

Faz a CPL, em sua comunicação, menção às Propostas comerciais, recaindo a escolha sobre as empresas que ofertaram o menor preço para o objeto, quais sejam, **FIRE DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 16.672.836/0001-72, com a proposta selecionada no valor de **R\$ 16.756,00** (dezesseis mil setecentos e cinquenta e seis reais), para os produtos constantes dos itens 01, 02 e 03, e **INCAVEL ÔNIBUS E PEÇAS LTDA.**, CNPJ nº 78.138.955/0001-05, para o item 04, no valor de **R\$ 28.740,00** (vinte e oito mil setecentos e quarenta reais).

É o breve Relatório. Passemos à análise.

A Metrobus Transporte Coletivo S/A, uma sociedade de economia mista no âmbito Estadual, submete-se, como regra, ao estatuto Jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Lei nº. 13.303/2016, para contratação de obras, serviços, **compras**, alienações, permissões e locações, e por força do seu art. 40 ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus.

Todavia, em consonância às normativas acima delineadas, existem situações nas quais a licitação é **dispensada, dispensável ou inexigível**, em razão das peculiaridades que a cercam, conforme apregoam os artigos 142 e 143 do RILC - METROBUS.

Segundo o art. 142, inc. III, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, é dispensável a licitação "**quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a METROBUS desde que mantidas as condições preestabelecidas**".

Da análise dos autos, tem-se que a solicitação inicial e formalização do processo em referência deu-se através do Comunicado nº 813/2022-SUPADMIN (000036416700), de 20.12.2022, da Superintendência Administrativa. Quanto à justificativa, consta nos seguintes termos, no Termo de

Referência elaborado pela Gerência de Manutenção da Frota (000037869593):

2.1.1. A necessidade de realizar manutenções corretivas e preventivas nos pneus da frota operacional. As manutenções preventivas e corretivas são executadas com o intuito de prolongar a vida útil dos pneus e prevenir possíveis acidentes. A manutenção preventiva dos pneus consiste em realizar serviços periódicos de acordo com o intervalo de quilometragem, como rodizio de pneus, casamento de sulcos, recapagem programada, calibração dos pneus. A manutenção corretiva consiste em corrigir alguma falha ocasionada no pneu como perfurações, cortes ou desgaste anormal. Os insumos solicitados têm o papel de lubrificar os pneus na montagem e desmontagem nas rodas (lubrificante), realizar consertos (cola e refil).

2.1.2. Suprir a demanda desta administração, visto que não houveram aquisições recentes dos itens e o estoque encontra-se defasado.

2.1.3. Realizar os serviços de reparo, montagem e desmontagem de acordo com as recomendações do fabricante.

2.1.4. Caso não seja realizada as manutenções corretivas e preventivas nos pneus de forma adequada pode-se ocasionar o aumento do custo de manutenção, perda das carcaças dos pneus e a retirada de veículos de circulação.

Pois bem. Na hipótese, sob determinadas condições, a Lei e o Regulamento Interno possibilitam a contratação direta nas situações em que, realizado o certame licitatório, for constatada a ausência de interessados na execução do objeto. A lei é clara relativamente à caracterização da deserção da licitação. A ausência de interessados mencionada no referido artigo do RILC, pode restar configurada na hipótese de quando nenhum licitante se dispõe a participar do certame, o que tradicionalmente se denomina “licitação deserta”.

Os pressupostos legitimadores dessa hipótese de dispensa são: 1) tentativa anterior e válida de licitação; 2) ausência de interessados; 3) demonstração da existência de prejuízo com a repetição do certame; 4) manutenção das condições preestabelecidas.

Nem mesmo a urgência da necessidade da contratação seria, por si só, motivo suficiente autorizar o manejo do inc. III do art. 142 do RILC, tendo em vista que, ao contrário da dispensa de licitação por emergência (inc. XV, art. 142), **a hipótese não se funda na premência na obtenção do**

objeto, mas na economia gerada ao evitar a repetição inútil de procedimentos. Sobre o tema, orienta Marçal Justen Filho:

O problema não é realizar a licitação, mas repetir uma licitação que já foi processada regularmente, sem que despertasse interesse dos particulares. Há uma presunção de inutilidade de repetir licitação: se ninguém ocorreu à anterior, porque viria a participar da nova?

Haveria desperdício não apenas de tempo, mas também de recursos públicos. Mas, se a licitação anterior era viciada, não é possível extrair tal presunção^[1]

Deve ser analisado, portanto, se o caso em tela afigura-se como suporte fático suficiente para a perfeita incidência do mandamento legal ora examinado.

Na espécie, conforme comprovam os documentos presentes nos autos, no último certame realizado as propostas ofertadas pelos licitantes foram desclassificadas e os interessados foram inabilitados, considerando-se, pois, fracassado. Estes requisitos, então, estariam supridos.

Em relação ao requisito do risco de prejuízo caso a licitação venha a ser repetida, comparada à possibilidade de se contratar diretamente, de algum modo, a renovação do certame sempre traria prejuízo a esta empresa, máxime pelos elevados custos envolvidos em sua realização. No entanto, não é essa a análise demandada pela Lei.

É necessário frisar que, ao se invocar, relativamente à hipótese de dispensa em questão, o risco de prejuízo à Estatal se esta permanecer inerte (à espera do desfecho de novo procedimento licitatório), não se considera, em primeiro plano, a “urgência da contratação”, mas - parafraseando-se o renomado administrativista paranaense acima mencionado - o desperdício de tempo, recursos humanos e financeiros da Estatal com novo certame licitatório que tende a novamente não despertar interesse dos particulares.

Ao revés do procedimento de dispensa alicerçado na emergência, **o procedimento de dispensa ancorado no art. 142, III, do RILC-METROBUS, tem como esteio principiológico precípua não os princípios da indisponibilidade do interesse público e da continuidade do serviço público, e sim os princípios da economicidade e da eficiência.**

Desse modo, analisando os argumentos apresentados pela CPL, em sua conclusão, e considerando os documentos juntados aos autos, vê-se que há subsunção do fato à norma, ou seja, de fato é o caso de contratação direta para que não haja prejuízo à Estatal.

Igualmente, atinente a instrução dos procedimentos de contratação direta prevista no artigo 146 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da METROBUS, esta se encontra atendida, vez que a mencionada Declaração de Dispensa de Licitação, oriunda da CPL, contempla a **razão da escolha da contratada** e o Comunicado nº 269/2023-GSUPRI (000037500657) - constante do Processo SEI relacionado (202100053000125) - traz a **justificativa de preços**, através da juntada das propostas.

Diante deste fato, pode-se considerar que o(s) valor(es) apresentado(s) na(s) proposta(s) pela(s) empresa(s) vencedora(s) é o preço praticado no mercado, comprovando assim a justificativa de preço. Ademais, incumbe salientar que, conforme asseverado pela CPL, neste exercício não existe outro procedimento licitatório com o mesmo objeto contratual, não excedendo o valor previsto no RILC.

Verifica-se, ainda, a juntada nos autos do Termo de Referência, contendo propostas válidas, e a manifestação, via correio eletrônico acostado aos autos (000037958897; 000037958937), da(s) empresa(s) vencedora(s), quanto ao interesse na contratação e, conseqüentemente, concordância aos deveres previstos no RILC.

Finalmente, no que toca à **documentação de regularidade anexada ao caso**, relativo à habilitação jurídica e de regularidade fiscal da contratada, está devidamente comprovada, devendo ser verificada novamente antes da realização da aquisição pretendida, renovando-se eventuais documentos vencidos.

Ante o exposto, em havendo a demonstração de enquadramento da contratação aos ditames legais e desde que atendida a recomendação contida neste Parecer, esta Gerência **OPINA pela viabilidade da Declaração de Dispensa de Licitação**, nos termos do art. 142, inciso III, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, para contratar a(s) empresa(s) **Fire Distribuidora de Peças e Serviços Eireli.**, CNPJ nº 16.672.836/0001-72, pelo valor de **R\$ 16.756,00** (dezesseis mil setecentos e cinquenta e seis reais), para os

produtos constantes dos itens 01, 02 e 03, e **Incavel Ônibus e Peças Ltda.**, CNPJ nº 78.138.955/0001-05, para o item 04, no valor de **R\$ 28.740,00** (vinte e oito mil setecentos e quarenta reais), ambas pelo período de 12 (doze) meses de contrato, conforme estabelecido no ato convocatório frustrado, restituindo-se os autos à CPL para juntada do Ato Declaratório de Dispensa.

Considerando a edição do Decreto Estadual nº 10.218, de 16.2.2023, houve a previsão no seu art. 20 de revogação integral do Decreto nº 9.660/2020, que criou as Câmaras de Gastos e Fiscal, a partir de 1.3.2023. Assim, **não se faz mais necessário o encaminhamento do presente feito à Câmara de Gestão de Gastos**, haja vista o encerramento de suas atividades.

Quanto à comunicação ao TCE, dar-se-á nos termos do art. 263-A, §§ 4º ao 6º do RITCE.

Ressalta-se ainda a **desnecessidade** da Metrobus comunicar formalmente essa providência à CGE, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2022 da Controladoria-Geral do Estado.

Por fim, cumpre registrar, em atenção ao limite da competência desta Gerência, que a presente manifestação é de caráter estritamente jurídica, não tendo o condão de chancelar opções técnicas eleitas, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade sobre os termos do contrato a ser firmado.

Encaminhe-se à Presidência, via Assessoria, para que, caso acate a recomendação ora dada, proceda, nos prazos previstos pelo art. 56, I, a, do RILC, à **ratificação** do resultado apurado pela Comissão Permanente de Licitação.

A seguir, remeta-se à CONTROLADORIA para a formalização do pertinente **Contrato Administrativo** ou instrumento equivalente, vez que comportável para o caso em exame, nos termos do art. 149, I, a, do RILC.

É o Parecer, S.M.J.

Goiânia-GO, 03 de março de 2023.

Samuel Costa
Assessor Jurídico
OAB/GO 38.278

DESPACHO

ADOTO, por seus próprios fundamentos, o opinativo de autoria do advogado **SAMUEL COSTA**, Assessor Jurídico desta empresa.

Estênio Primo
Gerente Jurídico
OAB/GO 23.950

[1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 491.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL DOMINGOS DA COSTA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 03/03/2023, às 11:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ESTENIO PRIMO DE SOUZA, Gerente**, em 03/03/2023, às 11:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **45333741** e o código CRC **B5AFE82D**.

GERÊNCIA JURÍDICA
RUA PATRIARCA 299, S/C - Bairro VILA REGINA - GOIANIA - GO -
CEP 74453-610 - (62)3230-7502.



Referência: Processo nº
202200053001061



SEI 45333741